

FREDIE DIDIER JR

Professor-adjunto de Direito Processual Civil da Universidade Federal da Bahia (graduação, especialização, mestrado e doutorado). Mestre (UFBA) e Doutor (PUC/SP). Advogado (Bahia e Pernambuco).

RODRIGO MAZZEI

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Instituto Capixaba de Estudos (ICE). Vice-presidente do Instituto de Advogados do Estado do Espírito Santo (IAEES). Mestrando na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado.

Organizadores

REFLEXOS DO NOVO CÓDIGO CIVIL NO DIREITO PROCESSUAL

Edições Podium

Salvador, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

DidierJr.,Fredie, 1974-

Reflexos do Novo Código Civil no Direito Processual / Fredie
Didier Jr. Rodrigo Mazzei. Salvador: JusPODIVM, 2006.
438p.; 22cm.

Inclui sumário de assuntos.

ISBN: 85-98471-65-8

1. Direito Civil. 2. Direito Processual. I. Título.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO XVII

Culturalismo e Experiência no Novo Código Civil **JUDITH MARTINS-COSTA**

1

| | |
|---|----|
| I) A vocação prospectiva do novo Código: bases culturalistas | 5 |
| II) O Código como "razão comunicativa", ou o "modelo da complementaridade intertextual" | 12 |
| III) Conclusão | 18 |
| IV) Referências Bibliográficas | 20 |

Código Civil de 2002 e o Judiciário: Apontamentos na aplicação das Cláusulas Gerais **RODRIGO REIS MAZZEI**

23

| | |
|---|----|
| 1. Do objeto do trabalho | 23 |
| 2. As codificações de 1916 e 2002: alterações que extrapolam os dispositivos | 23 |
| 2.1. Novos princípios | 27 |
| 2.2. Da Mobilidade e Durabilidade como inspiração legislativa | 29 |
| 3. Cláusulas Gerais e o Código Civil de 2002 | 32 |
| 3.1. Conceito e Estruturação | 32 |
| 3.2. Cláusula geral e os conceitos jurídicos indeterminados: Convergências e Diferenças | 33 |
| 3.3. Sistematização | 37 |
| 4. O Judiciário e as Cláusulas gerais | 39 |
| 4.1 Da força da jurisprudência (precedentes) | 40 |
| 4.2. Voto de confiança no Judiciário | 42 |
| 4.3. Importância do juiz de primeiro grau | 47 |
| 4.3.1. Do recurso especial e as cláusulas gerais | 49 |
| 5. Fechamento | 54 |
| 6. Bibliografia | 58 |

| | |
|---|-----------|
| A Garantia Fundamental da Proporcionalidade em sua Projeção no Novo Código Civil Brasileiro. | 73 |
| WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO | |

| | |
|---|-----------|
| O Novo Código Civil e o Direito Processual | 91 |
| JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA | |

| | |
|---|------------|
| Das Relações entre o Código Civil e o Direito Processual Civil | 109 |
| ALEXANDRE FREITAS CÂMARA | |

| | |
|--|-----|
| I-Introdução | 109 |
| II - Uma visão pessoal do Código Civil de 2002 | 109 |
| III- Das boas relações entre o Código Civil e o Direito Processual Civil | 111 |
| a) Dos conceitos do Código Civil aplicáveis em sede processual civil | 111 |
| b) Das normas processuais bem localizadas no Código Civil | 113 |
| IV- Das más relações entre o Código Civil e o Direito Processual Civil | 116 |
| a) Das más relações decorrentes da inadequada inclusão de normas processuais no Código Civil. | 116 |
| b) Das más relações decorrentes da inadequada compreensão, pelo Código Civil, de conceitos processuais | 120 |
| V- Conclusão | 124 |

| | |
|---|------------|
| O Novo Código Civil e as Regras Heterotópicas de Natureza Processual | 125 |
| HUMBERTO THEODORO JÚNIOR | |

| | |
|--|-----|
| 1. Interferência da nova lei civil na seara do Direito processual Civil | 125 |
| 2. Algumas normas do Código Civil que diretamente estabeleceram regras processuais inovadoras | 126 |
| 3. Prescrição e Decadência: cognoscibilidade ex officio | 127 |
| 4. Solidariedade ativa e coisa julgada | 129 |
| 5. Chamamento ao processo, do segurado, em ação | |

Localização: 347.91/.959(81)

R332n

Código de barras: STJ00066683

| | |
|--|-----|
| direta da vítima contra a seguradora | 132 |
| 6. Chamamento da seguradora na ação de responsabilidade civil manejada apenas contra o segurado | 133 |
| 7. Litisconsórcio entre cônjuges nas ações reais imobiliárias | 134 |
| 8. Denúnciação da lide "per saltum" | 136 |
| 9. Nomeação à autoria na ação reivindicatória contra o detentor | 137 |
| 10. Chamamento ao processo em ação de alimentos | 139 |
| 11. Regras traçadas pelo Código Civil para as arrematações reguladas pelo Código de Processo Civil | 141 |
| 11.1. Evicção | 141 |
| 11.2. Impedimentos à arrematação | 142 |
| 11.3. Hipoteca legal | 143 |

Aspectos Processuais da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

FREDIE DIDIER JR. 145

| | |
|---|-----|
| 1. Consideração introdutória. | 145 |
| 2. A premissa constitucional da teoria da desconsideração da personalidade jurídica: a função social da propriedade | 145 |
| 3. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica: generalidades. | 149 |
| 4. A citação dos sócios e o devido processo legal | 154 |
| 5. Notas ao Projeto de Lei n. 2.426/2003, que disciplina o procedimento de aplicação da sanção da desconsideração da personalidade jurídica | 158 |
| 6. Íntegra do Projeto de Lei n. 2.426/2003 | 161 |
| 7. Bibliografia | 163 |

O Art. 72 do Novo Código Civil e seu Reflexo na Competência Jurisdicional

BRUNO FREIRE E SILVA 167

| | |
|--|-----|
| 1. Reaproximação entre Processo e Direito Material | 167 |
| 2. Repercussões do Novo Código Civil no Direito Processual | 168 |
| 3. Competência Jurisdicional | 169 |
| 4. Domicílio | 170 |

| | |
|--|-----|
| 5. O art. 72 do Novo Código Civil e seu reflexo na Competência Jurisdicional | 172 |
| 6. Conclusão | 174 |
| 7. Bibliografia | 174 |

Distinção Científica entre Prescrição e Decadência. Um Tributo à Obra de Agnelo Amorim Filho.
HUMBERTO THEODORO JÚNIOR **177**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 177 |
| 2. A prescrição na teoria de Agnelo Amorim Filho | 179 |
| 3. A decadência na teoria de Agnelo Amorim Filho | 181 |
| 4. A imprescritibilidade de algumas ações ("ações perpétuas") | 183 |
| 5. Conclusões a que chega a tese de Agnelo Amorim Filho | 184 |
| 6. Prescrição e decadência no novo Código Civil brasileiro | 184 |
| 7. A prescrição como extinção da pretensão | 186 |
| 8. Não é o direito que prescreve | 189 |
| 9. Direito, pretensão, ação e responsabilidade | 192 |
| 10. Ação de direito processual e ação de direito material | 193 |
| 11. A instituição de um regime próprio para a decadência pelo novo Código Civil | 195 |
| 12. Conexão entre o direito material e o direito processual | 199 |
| 13. Objeção e exceção em matéria de prescrição e decadência | 201 |

Anotações Sobre o Título "da Prova" do Novo Código Civil
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA **205**

| | |
|---|-----|
| 1. Generalidades. | 205 |
| 2. Âmbito de incidência do art. 212. Caráter exemplificativo do elenco legal. | 207 |
| 3. Referências à presunção no Título "Da prova". | 209 |
| 4. Considerações sobre a enumeração do art. 212. | 212 |
| 5. Inspeção judicial e perícia. | 215 |
| 6. As presunções. | 216 |
| 7. Considerações finais. | 219 |

La Negativa de La Parte. A Somertese a Una-Pericia Medica (Según el Nuevo Código Civil brasilenno)
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA **221**

O art. 232 do CC e a Súmula 301 do STJ - Presunção Legal ou Judicial ou Ficção Legal?

GISELE SANTOS FERNANDES GOÉS 229

- 1. Fontes e meios de prova 229
- 2. Presunção - definição e natureza jurídica 229
 - 2.1. Tipos de presunção 230
 - 2.2. Presunção e ficção 233
- 3. Análise do art. 232 do CC e crítica à Súmula 301 do STJ 233
- Bibliografia 237

Evicção e Denúnciação da Lide no Novo Código Civil
FLÁVIO LUIZ YARSHELL

241

Pretensão do Réu de Manter o Contrato com Modificação de suas Cláusulas diante de Pedido do Autor de Resolução por Onerosidade Excessiva - Pedido Contraposto Previsto pela Lei Material (Art. 479, CC)

DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES 247

- 1. Introdução 247
- 2. As diferentes formas de o réu fazer pedido contra o autor e a ação dúplice 248
- 3. Contestação e pedido contraposto 252
- 4. Qual é a forma processual para se alegar a matéria prevista no art. 479, CC? 257
- 5. Fungibilidade dos meios de contra-ataque aplicada ao art. 479, CC 259

A Intervenção de Terceiro em Ação Direta da Vítima Contra o Segurador e o Art. 788 do Código Civil - Uma Proposta de Interpretação

DANIEL LUZ MARTINS DE CARVALHO E MANUELA GHISSONI DE CARVALHO 261

- 1. Considerações iniciais 261
- 2. Breves noções sobre seguros obrigatórios de responsabilidade civil 263
 - 2.1. O Seguro DPVAT 265
- 3. A intervenção de terceiro do art. 788 do Código Civil

Localização: 347.91/.959(81)

R332n

Código de barras: STJ00066683

| | |
|---|-----|
| e a posição do segurado interveniente. | 267 |
| 4. A intervenção de terceiro do art. 788 do Código Civil e os seguros de responsabilidade legalmente obrigatórios | 269 |
| 5. A intervenção de terceiro do art. 788 do Código Civil e o seguro DPVAT | 271 |
| 6. A intervenção de terceiro do art. 788 do Código, Civil e a escolha do procedimento | 274 |
| 7. Conclusão | 276 |
| 8. Referências | 277 |

Aspectos Materiais e Processuais da Responsabilidade Patrimonial do Incapaz

WILIAM SANTOS FERREIRA

279

| | |
|--|-----|
| 1. Aspectos materiais da responsabilidade patrimonial do incapaz | 279 |
| 2. Aspectos processuais do art. 928 do Código Civil | 288 |
| 2.1. Inimputabilidade: dívida e responsabilidade patrimonial | 288 |
| 2.2. Sentença Condicional ? | 292 |
| 2.3. Liquidação por artigos | 294 |
| Bibliografia | 295 |

Defesa da Posse e Ações Possessórias

ARRUDA ALVIM

299

| | |
|--|-----|
| 1. Noções Introdutórias | 299 |
| 2. Natureza jurídica ou aspecto relevante da posse relativamente ao juízo possessório | 301 |
| 3. Ações possessórias | 302 |
| 4. A fungibilidade das ações possessórias | 303 |
| 5. A autodefesa possessória | 305 |
| 6. O direito material e o direito processual - esbulho e turbação - O temor de lesão à posse e o interdito proibitório | 306 |
| 7. Âmbito do juízo possessório - O resultado da ação possessória - Juízo Possessório e Dominial - Ação Reivindicatória e Reintegração de Posse | 309 |
| 8. Significado da posse no juízo possessório - Posse - sua categoria jurídica no juízo possessório - Posse e propriedade | 313 |

Localização: 347.91/.959(81)

R332n

Código de barras: STJ00066683

| | |
|--|-----|
| 9. Separação entre juízo possessório e juízo dominial | 314 |
| 10. Classificação da posse | 317 |
| 11. As figuras do possuidor direto e indireto no plano do juízo possessório - A indivisibilidade de determinadas situações e as implicações processuais (defesa da composesse) | 317 |
| 12. Posse e detenção | 320 |
| 13. O objeto material da posse e as ações possessórias | 320 |
| 14. As ações clássicas do direito possessório stricto sensu e as situações materiais que a elas dizem respeito – Hipóteses mais comuns | 322 |
| 15. A proteção possessória dos bens móveis | 325 |
| 16. As finalidades e os resultados das ações possessórias – Âmbito possível de cumulação | 330 |
| 17. Caráter dúplice da ação possessória | 332 |
| 18. Aspectos particulares da legitimação na ação possessória | 334 |
| 19. O proprietário e o seu agir no juízo possessório | 335 |
| 20. O procedimento possessório e a medida liminar | 336 |
| 21. A insurgência contra a medida liminar | 340 |
| 22. Da legitimidade passiva, quando se tratar de casal-réu | 341 |
| 23. A contestação à ação possessória - O rito sucessivo | 342 |
| 24. Natureza Jurídica da Sentença nas Ações Possessórias | 343 |

Controvérsias Constitucionais Acerca do Usucapião Coletivo
PABLO STOLZE GAGLIANO **355**

Contributo à Dinâmica da Chamada Desapropriação Judicial: Diálogo entre Constituição, Direito e Processo.
GLAUCO GUMERATO RAMOS **363**

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 363 |
| 2. Posse, propriedade e Constituição | 364 |
| 3. Função social da posse e da propriedade | 367 |
| 3.1. Direito à moradia (CR, art. 6º, caput) | 368 |
| 3.2. Ordem econômica (CR, art. 170, caput, e incs. II e III) | 368 |
| 3.3. Propriedade imobiliária urbana (CR, art. 182, caput, e §§ 2º e 4º; 183, caput) | 368 |
| 3.4. Propriedade imobiliária rural (CR, art. 186 e incs.; 191, caput) | 369 |
| 3.5. Direito ambiental constitucional (CR, art. 225 e §§) | 370 |

Localização: 347.91/.959(81)

R332n

Código de barras: STJ00066683

| | |
|--|-----|
| 3.6 Direito real de propriedade no Código Civil (CC, art. 1.228 e§§) | 370 |
| 3.7 Conclusões parciais | 370 |
| 4. Cláusulas abertas no Código Civil: aspectos dos §§ 4o e 5o do art. 1.228 | 371 |
| 4.1. Imóvel reivindicado | 372 |
| 4.2. Extensa área | 372 |
| 4.3. Considerável número de pessoas | 373 |
| 4.4. Houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços | 374 |
| 4.5. Interesse social e econômico relevante | 375 |
| 4.6. Justa indenização | 375 |
| 4.7. Conclusões parciais | 375 |
| 5. A chamada desapropriação judicial: constitucionalidade e terminologia | 376 |
| 6. Algumas características do processo na desapropriação judicial | 376 |
| 6.1. Procedimento na desapropriação judicial | 378 |
| 6.2. As partes no processo de desapropriação judicial | 379 |
| 6.3. O processo de "desapropriação judicial" sob a ótica do proprietário reivindicante (autor) | 379 |
| 6.3.1 .Possibilidade de pedido alternativo ou sucessivo | 380 |
| 6.3.2. Denúnciação da lide: do autor reivindicante ao Estado | 381 |
| 6.3.3. Capítulos da sentença favoráveis e desfavoráveis ao autor | 382 |
| 6.3.4. Indenização fixada e a insolvência dos possuidores | 383 |
| 6.3.5. Possibilidade excepcional da ação autônoma em face dos possuidores e/ou do Estado pleiteando indenização, a exemplo da chamada desapropriação indireta | 383 |
| 6.4. O processo de "desapropriação judicial" sob a ótica dos possuidores (réus) | 383 |
| 6.4.1. Litisconsórcio passivo necessário simples | 383 |
| 6.4.2. Reconvenção ou pedido contraposto visando à decretação da "desapropriação judicial" e da fixação da indenização | 384 |
| 6.4.3. Pagamento do preço e registro da sentença | 385 |
| 6.4.4. Hipótese de não-pagamento da indenização fixada: possibilidade de usucapião com base no justo título gerado pela sentença | 386 |

| | |
|--|-----|
| 6.4.5. Impossibilidade de reconhecimento da desapropriação judicial em caráter autônomo: imprescindibilidade de exercício de pretensão reivindicatória | 386 |
| 7. Sugestões para a criação de um procedimento especial | 387 |
| 8. Conclusão | 388 |

Ensaio Acerca do Impacto do Novo Código Civil Sobre os Processos Pendentes

GUILHERME RIZZO AMARAL 395

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 395 |
| 2.O binômio direito-processo | 396 |
| 3. Do Direito Intertemporal | 397 |
| 4. Algumas Inovações do Novo Código Civil | 400 |
| 4.1. Capacidade Civil | 400 |
| 4.2. A Disregard Doctrine | 402 |
| 4.3.O Domicílio | 403 |
| 4.4. Dos Negócios Jurídicos | 404 |
| 4.5. Dos Atos Ilícitos | 406 |
| 4.6. Das Obrigações | 406 |
| 4.7. Da Responsabilidade Civil | 409 |
| 4.8. Da prova | 410 |
| 4.9. Da prescrição | 413 |
| 4.10.Das ações possessórias | 413 |
| 4.11. O artigo 2.043 do novo código civil | 414 |